

Resplendor em clima de guerra

► *Desocupação de 87 famílias em terras dos índios Krenak pode gerar um conflito entre posseiros e militares*

PATRÍCIA PEREIRA

DE RESPLENDOR

O clima está tenso desde ontem, em Resplendor, no Vale do Rio Doce, com a chegada de dois delegados da Polícia Federal e representantes da Funai. Nas próximas horas eles devem iniciar a retirada de 87 famílias de produtores rurais, com mais de 200 pessoas, da região da Fazenda Crenaque, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou a desocupação imediata da terra, que agora pertence aos índios Krenak.

A operação de retirada das famílias de posseiros está a cargo da delegacia regional da Polícia Federal de Governador Valadares, da Funai e do juiz da Comarca de Resplendor, Marcelo Pereira da Silva. Mas deve ser pedido reforço à PM de Valadares.

Ontem à tarde, o presidente da Cooperativa Agropecuária de Resplendor, Josias Nico estava muito nervoso. Ele disse ao ESTADO DE MINAS que a chegada da Polícia Federal e do pessoal da Funai na área aumenta muito o nível de tensão entre os produtores rurais. Fontes da Polícia Militar de Res-

plendor acreditam que pode haver conflito durante a retirada das famílias dos produtores rurais da área.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou a imediata ocupação pelos índios Krenak de uma área de cerca de 4.000 hectares, deixa produtores rurais desesperados e vai provocar um verdadeiro caos social e econômico em Resplendor. O município de 17 mil habitantes fica no Vale do Rio Doce, onde está localizada a aldeia indígena. Os 87 produtores rurais que ocupam a área atualmente, não têm para onde ir e não podem recorrer de uma decisão do Supremo. Há o risco de resistir à desocupação e gerar um conflito.

A decisão é irreversível. As 65 propriedades rurais da área estão distribuídas entre 87 produtores, que possuem desde pequenas glebas de terra até grandes áreas produtivas. Mas de 5.000 animais - 3.500 bovinos - serão retirados da área. Na Funai, em Governador Valadares, o administrador-executivo regional, Wilton Madson Andrada, não tem muito o que dizer. "a decisão do Supremo é para ser cumprida", afirma.

● Mais informações na pág.24